

AÇÃO COLETIVA, REPERTÓRIOS ORGANIZATIVOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Telma Cristiane Sasso de Lima¹
telma.lima@fssso.ufal.br

RESUMO:

O artigo tem por objetivo: sistematizar parte do quadro teórico-conceitual sociológico contemporâneo sobre a ação coletiva/protestos e os movimentos sociais, destacando as formas de apreender e significar seus repertórios organizativos no quadro referencial da Sociologia Política Relacional. Trata-se de um ensaio teórico calcado em revisão bibliográfica que compôs parte de pesquisa doutoral sob todas as fontes secundárias publicadas acessadas em inúmeras plataformas online entre 2013 e 2016 cujos dados ajudam a compreender o panorama conjuntural que estimulou os protestos brasileiros a partir de 2013, explorando-o analiticamente a partir dos conceitos da Sociologia Política Relacional. Conclui-se: ação coletiva é a chave interpretativa mais complexa para entender as interações individuais e envolvem demandantes e demandas que, ao final, são organizados coletivamente num intenso processo dialético permeado por diferentes sujeitos políticos. Os ciclos de protestos referem-se aos processos históricos que estimularam e deram referências aos manifestantes/ativistas contemporâneos na conjugação de antigos e novos repertórios organizativos e mobilizadores. O ciclo contestatório tende a se prolongar no decurso do tempo e a modificar as formas de apresentação do confronto político, podendo ocorrer dentro ou fora do âmbito institucionalizado do Estado, isso permite observar melhor os reagrupamentos ídeo-políticos que conformam: movimentos por ruptura; movimentos por mudança; movimentos de conservação da tradição e da ordem. A autonomia participativa individual ou coletiva resultaria dos vínculos ativos construídos na sociedade civil em torno desses paradigmas ético-políticos.

Palavras-chaves: Ação Coletiva; Protestos ; Repertórios Organizativos; Movimentos Sociais.

1 INTRODUÇÃO

Encarar as ações coletivas como um processo cumulativo de energias dispersas que, em dado momento, encontram condições para a sua massificação significa compreender seus elementos ativos na sociedade civil contemporânea em meio às disputas concretas por poder e narrativas. No entanto, quem toma as ruas como principal espaço para o reconhecimento de suas necessidades está em desvantagem socioeconômica, política e cultural por que se tratam de indivíduos e coletivos cujo projeto de classe não reúne condições materiais e simbólicas para ser hegemônico e edificar, em sentido gramsciano, consenso ativo de tipo radicalmente novo porque transforma intelectual e moralmente as massas (ou grande parte dos grupos/corporações que a compõe) que passariam a agir ético-politicamente em prol de uma sociabilidade nova.

O artigo condensa a síntese de parte dos dados obtidos na pesquisa doutoral empreendida entre 2014 e 2016², logo, apresenta-se aqui como ensaio teórico parte das bases teórico-

¹ Professora da Faculdade de Serviço Social - FSSO - na Universidade Federal de Alagoas campus Maceió - UFAL, desde 2008. Doutorado (2017), Mestrado (2006) e Graduação (2004) em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina.

² A pesquisa doutoral encerrada em 2017 teve por escopo a produção de reflexões críticas sob uma análise gramsciana do processo político brasileiro acerca das reivindicações públicas implicadas nas relações entre Estado e sociedade civil organizada a partir do ciclo de protestos 2013-2016 (LIMA, 2017).

conceituais exploradas pela Sociologia Política Relacional sobre: a ação coletiva/protestos, repertórios organizativos e movimentos sociais. Os dados aqui apresentados foram obtidos através de revisão bibliográfica de publicações que compuseram a amostra referente à fundamentação teórica da tese doutoral defendida em 2017. O foco reside em apresentar a base referencial que melhores variáveis acrescentou na análise da conjuntura política e dos repertórios que marcaram os protestos brasileiros a partir de 2013, particularmente na apreensão crítica e propositiva de suas causas, atores e processos organizativos desde a ótica das classes populares.

Nas próximas seções, detalha-se o panorama conjuntural que estimulou a partir de 2013 os protestos no Brasil, para em seguida explorá-lo a partir das análises referenciadas no quadro teórico-conceitual da Sociologia Política Relacional contemporânea. Por fim,

2 CONJUNTURA POLÍTICA E PROTESTOS BRASILEIROS

Para alcançar o objetivo central deste artigo é importante retomarmos os dados conjunturais do ciclo 2013-2016 de protestos brasileiros para lembrar como estiveram conectados aos protestos internacionais. Ortiz et al (2013) enfatiza que, desde 2008, repercutem em diferentes escalas de intensidades protestos com pautas transnacionais questionadoras da legitimidade dos tradicionais mecanismos de representação política, ao passo que seus protagonistas experimentavam outras metodologias organizativas para expor velhas necessidades/reivindicações. Dentre as metodologias organizativas sobressaíram-se: a desobediência civil e a ação direta (ex: bloqueios de estradas e ocupações de ruas, praças e espaços públicos nas cidades; ação de hackers de computador para exposição de dados obscuros de governos e corporações).

A massificação virtual da indignação repercutiu pautas mundiais: reivindicações anti-austeridade e por justiça econômica, democracia real, atenção e respeito aos direitos humanos e à diversidade etc. Mesclavam o “reconhecimento de direitos coletivos difusos e a exigência por um Estado-nação forte (lido como instituições legítimas de decisão) que respondesse aos anseios de seus cidadãos”, responsabilizando-se publicamente pelas políticas econômicas, sociais e ambientais (ORTIZ et al., 2013, p. 05). O coro formado através da internet catalisava sentimentos de esperança em mudanças e tentava se unificar, na vida real, através de ações que, de diferentes maneiras, expressassem a ampla e progressiva insatisfação com a política, governantes e instituições (CARNEIRO, 2012). Essas práticas pareciam demonstrar que havia

uma crescente conscientização dos indivíduos diante de suas frustrações, desconfianças e das decisões políticas que não os priorizavam, seja em sistemas políticos totalitários ou nas democracias liberais ocidentais (à esquerda ou à direita) (LIMA, 2017).

A partir da experiência do ativismo político no ciberespaço, os protestos passaram a se organizar em coletivos dedicados a formar “redes ondulatórias” de engajamentos, estimulando práticas descentralizadas e horizontais de participação e decisão, constituindo narrativas próprias que agilizaram a comunicação das experiências culturais vividas no enfrentamento de problemas locais e globais (MALINI; ANTOUN, 2013). No momento da ocupação de equipamentos públicos urbanos, a participação de diferentes indivíduos assumia identidades específicas no processo que comunicava e maximizava ações coerentes com o exercício da democracia deliberativa direta e em rede (CASTELLS, 2013).

Ortiz et al (2013) descreveram os protestos contemporâneos como densamente políticos, pois os indivíduos/ativistas não delegavam seu protagonismo a terceiros cujas experiências eram espalhadas rapidamente através de publicações “virais” na *internet*, espaço onde debatiam e deliberavam de forma não programática sobre suas ideias em autorreflexões, em sua maioria, não violentas. Os autores apontaram que apenas 8,9% dos eventos no mundo recorreram a atos de violência, vandalismo e saques, dados que contrariaram a percepção pública e o que foi divulgado pela imprensa. Destacaram ainda que não havia ingenuidade dentre os manifestantes sobre o uso da violência, como ato de contestação, podendo acioná-la desde que houvesse pactuação entre os envolvidos e responsáveis nos coletivos de protestos.

As ações diretas de confronto eram realizadas com suporte midiático próprio de modo que os coletivos pudessem amplificar sua divulgação instantânea como *performance*. Essa divulgação ocorria via telefonia móvel, em tempo real para demonstrar os métodos e as causas que lhes davam sentido e significado, são exemplos: escrachos públicos de governantes e suas arbitrariedades governamentais; atitudes desesperadas por reconhecimento de direitos violados (suicídios públicos, greves de fome, violência auto infligida). Houve pouca novidade na pauta dos protestos, a tendência foi recolocar nas ruas antigas questões estruturais de crítica ao sistema socioeconômico mundial. Na opinião de Ortiz et al (2013), o balanço dos ganhos organizativos internos dos coletivos em protesto não foi animador: 63% deles não obtiveram nenhuma resposta concreta dos governos, mesmo em queixas de curto prazo. As áreas impactadas por algum tipo de resposta às reivindicações não envolveram as questões globais e de justiça econômica que nem foram discutidas seriamente.

No Brasil, sob uma conjuntura de frustração tal como a internacional, o ápice dos protestos ocorreu em 2013. Os protestos iniciaram-se nas principais capitais em torno da contestação direta aos aumentos das tarifas de transporte urbano e se amplificaram após a repressão policial. As ações coletivas centraram-se em discursos pela “mudança”, a serem gestadas por sujeitos políticos que estão “fora” do atual sistema institucional de representação política, inferindo uma crença ingênua nas “ações públicas de indivíduos engajados, honestos, sem vinculação partidária” que seriam capazes de “gerar consciência”, “impactando de maneira mais consistente as relações de poder, preservando direitos para as futuras gerações” (NOGUEIRA, 2013; POMAR, 2013; ORTELLADO, 2013). A adesão dos participantes superou mobilizações de rua anteriores no país (ex: impeachment de Fernando Collor de Melo, em 1992). Diante da massificação dos descontentamentos e das múltiplas experiências organizativas, as publicações do período revelaram que o manifestante brasileiro é, aparentemente, um trabalhador (ainda que precarizado) intelectualizado ao se mostrar capaz de absorver a tecnologia e a automação, usando-a para além das exigências laborais (BRAGA, 2013).

Os protestos brasileiros receberam diferentes denominações: a) “Manifestações dos 20 centavos” e “Catraca Livre” para significar o conjunto de eventos frutos de um deslocamento coletivo organizado pela via pública que reclamava reconhecimento político das múltiplas demandas coletivas (BARREIRA, 2014); b) “Jornadas de Junho” em alusão às jornadas de 1848; “Levantes e Revoltas”, em correspondência com a historiografia nacional na abordagem de protestos populares; ou ainda “Rebeliões de Junho” (BRAGA, 2013). A denominação não importou muito, todos os autores referiram dificuldades na compreensão de protestos populares, aparentemente repentinos e simultâneos, em todo o país.

A maioria das publicações veiculadas entre junho e dezembro/2013 destacava que a eclosão dos protestos foi estimulada devido ao contexto conjuntural que reuniu diferentes experiências mobilizadoras maturadas em uma série de ações coletivas em cena desde o início dos anos 2000. Exemplos dessas experiências: a “Revolta do Buzu”³ em Salvador/BA, seguida pela da Catraca de Florianópolis/SC e a fundação do Movimento do Passe Livre (MPL)⁴ em

³ Para maiores detalhes vide documentário completo de Carlos Pronzato disponível em <<<https://www.youtube.com/watch?v=dQASaJ3WgTA>>>. Outras informações disponíveis em: <<https://www.vice.com/pt_br/article/revolta-do-buzu-salvador>>; <<<https://uranohistoria.blogspot.com.br/2013/06/revolta-do-buzu-onde-tudo-comecou.html>>>; <<<https://memorialatina.net/2013/08/13/a-revolta-do-buzu-salvador-10-anos-de-luta-pelo-passe-livre/>>>. Acesso em 20.10.2014.

⁴ O MPL define-se como um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente em relação aos partidos, sindicatos, ONGs, instituições religiosas, financeiras etc, mas não exclui radicalmente a relação com **Rev. Educ., Cult. Soc., Sinop/MT/Brasil, v. 11, n. 1, p. 70-87, jan./jun.2021**

2005. Para Ortellado (2013, p. 236), a fundação do MPL e as experiências político-organizativas adquiridas nesse processo estabeleceram um novo paradigma para as lutas sociais brasileiras, pois combinou “a política horizontalista e contra cultural dos novos movimentos com um maduro sentido de estratégia”, valorizando o processo e também os resultados já que seus militantes entenderam que a política só se mede concretamente quando são claros seus impactos na vida das pessoas, especialmente no atendimento às necessidades básicas.

O conjunto de aspectos abordados pelos primeiros analistas referiu sobre a “natureza explosiva” da juventude sem liderança ou partido, os “elementos de festa” e a inserção de participantes inaugurais no espaço público⁵, o caráter inusitado das mobilizações e os seus efeitos nos meios de comunicação, e as “novas” tentativas de avançar no processo democrático, incorporando e aprofundando posturas que façam a política emular os interesses da maioria da população (BARREIRA, 2014; GOHN, 2013; GIANI, 2014). Algumas dessas publicações enfatizaram os eventos como “surpreendentes”. Outras destacaram os protestos como acontecimentos latentes nas grandes cidades há pelo menos uma década para explicar a fúria dos indivíduos cansados pela subjugação causada pelo: avanço da especulação imobiliária; aumento no custo de vida nas cidades brasileiras; baixo investimento em serviços públicos de qualidade; baixos salários; dificuldade de mobilidade urbana da população da periferia para o centro das cidades (CONSULTA POPULAR, 2013). Outros autores descreveram o perfil geracional, o nível educacional e cultural, a inserção/permanência no mercado formal de trabalho, o acesso a políticas públicas e à internet dos ativistas, etc. porque estas seriam as variáveis explicativas sobre o consumo na base da pirâmide social, elevado a projeto de Nação⁶.

Para Medeiros (2014), o período foi marcado por inúmeros aspectos que deram fluidez e heterogeneidade à composição da suposta “nova” classe trabalhadora⁷ cujo perfil é de:

[...] jovens trabalhadores com baixa qualificação, mas com alguma qualificação que garante emprego formal e com isso direitos e renda; que são trabalhadores sem passado sindical, 'empreendedores' com seus próprios pequenos negócios familiares, habitante das periferias que não se mudam de bairro quando ascendem socialmente;

esses coletivos devido ao princípio do diálogo aberto e crítico (JUDENSNAIDER, et al, 2013). O ano de 2005 foi repleto de mobilizações por transporte público urbano com revogação do aumento das tarifas. De 2006 a 2013, o MPL se expandiu para outras cidades, sobretudo a partir do movimento estudantil secundarista e do agravamento dos problemas de acesso e de mobilidade urbana (MPL-SP, 2013).

⁵ A pesquisa Datafolha apontou que a idade média de 51% dos participantes era de 25 anos, e 71% estavam em um ato público pela primeira vez.

⁶ Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD/IBGE realizada no intervalo de 2003-2010 foram extraídos e explorados por um conjunto diversificado de autores para demonstrar a mudança no poder aquisitivo e na renda dos brasileiros pobres e para debater os níveis de desigualdade socioeconômica.

⁷ Vide: VENTURI, Gustato et alii. **Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora.** FPA; FES (Org.). Cidade e luta de classes no Brasil. Uma nova classe trabalhadora: indagações. Classes? Que Classes? São Paulo: FPA, 2013. p.39-52.

são, enfim, os pobres que estimulados pelas políticas sociais e pela distribuição de renda estão produzindo suas demandas, suas lutas (MEDEIROS, 2014, p. 105).

De acordo com Barreira (2014), a multiplicidade de protagonistas, a amplitude das pautas e o espraiamento geográfico dos protestos de 2013 levantavam duas hipóteses: a) baixa representatividade de lideranças políticas, associada à não legitimidade das instituições; b) crise do sistema econômico, incapaz de absorver as exigências do aumento no padrão de consumo e do mercado de trabalho, sobretudo para os jovens. Isso ajuda a entender as análises sobre o “caráter policlassista” aferido aos protestos de 2013 e que apontavam para a formação de “outra consciência coletiva”, em que:

O “individualismo” dos milhares de cartazes não apaga o conteúdo coletivo das reivindicações, um conteúdo que pede mais cidadania, mais bem viver, mais democracia e que não apaga, também, a contradição da adesão ao consumo, da ideologia do individualismo meritocrático, da teologia da prosperidade (MEDEIROS, 2014, p. 107).

Não significa, porém, que essas características compõem a priori um contexto sociocultural no qual se expressa uma “consciência de classe” coesa e crítica, pois se sua lógica de gestação ocorre em ato nas lutas, pode encarnar, simultaneamente, momentos de avanço e de retrocesso (MEDEIROS, 2014, p. 107). A dinâmica nos protestos demonstrou essa contradição, reverberando as vozes de segmentos reacionários, lembrando-nos do conservadorismo brasileiro. A retórica democrática da liberdade de expressão abrigou a defesa e a inculcação da ordem hierárquica e da tradição pelos segmentos mais abastados da classe média cujas pautas veicularam uma reação virulenta que não reconhecia legítimas às demandas crescentes dos segmentos da população de rendas C e D (NOBRE, 2013).

Apesar disso, até junho de 2013, os protestos pareciam ecoar melhor o vigor popular da periferia que reunida, caoticamente, nos espaços públicos urbanos evidenciava uma nova geração questionadora do “ativismo político tradicional”⁸. Foram as parcelas de jovens com discursos progressistas e críticos que predominaram nos protestos, evidenciando outras modalidades político-organizativas e de engajamento que oxigenava o papel da sociedade civil num sentido até então desconhecido nas análises intelectuais brasileiras (SAKAMOTO, 2013). Isso gerou outro consenso, partilhado pela maioria dos autores que apostavam na retomada da capacidade de contestação popular dos brasileiros. Nas palavras de Oliveira (2013, p. 140),

⁸ Refere às práticas de sindicatos, partidos e Estado que se tornaram impotentes seja em propostas de lutas, seja em opções de resistência (MALINI; ANTOUN, 2013).

tratava-se de um “novo despertar da luta política: pela consolidação do modelo democrático, pelo rompimento de uma democracia distante dos trabalhadores e pela aproximação entre política e luta”. Já Medeiros (2014) considerava que, através da dinâmica inaugurada por coletivos como o MPL, resgatar-se-ia “o fio da tradição da autonomia da sociedade civil” perpassada pela recusa em se tornar “mais uma organização a orbitar em torno do Estado”, ao mesmo tempo em que é “um coletivo que estabelece redes de solidariedade e mobilização comum e também que acessa a gramática do Estado em determinadas situações” (MEDEIROS, 2014, p. 113).

A partir de junho/13, a conjuntura brasileira aparentemente próspera foi perfurada pela essência da sua realidade: a de pertencer a um país da periferia do capitalismo mundial cuja herança colonial, escravocrata, machista e elitista ainda vigora. No decurso do tempo e observando o processo político do ciclo 2013 - 2020, constatamos que o pragmatismo se ampliou dentro do velho e conhecido sistema político representativo brasileiro cujas respostas foram poucas e superficiais diante das demandas. Ao mesmo tempo, os protestos abriram as ruas para os coletivos neoconservadores que, subsidiados pela retórica da imprensa tradicional, capturaram as pautas e as energias populares, emulando a participação social em um espaço público onde “ninguém discorda” porque nega o conflito distributivo já que só faz política “quem já está com seus problemas materiais resolvidos” (SINGER, 2013, p. 38-9). Outro aprendizado adquirido foi a constatação empírica das dissonâncias nos interesses dos trabalhadores que fora explorada pelos segmentos tradicionais e pelas elites que reuniu uma massa de ativistas facilmente instigada pela repercussão jornalística e televisiva hegemônica que, por sua vez, arregimentou trabalhadores e pobres através do discurso meritocrático “do cidadão de bem” (CONSULTA POPULAR, 2013; BARREIRA, 2014).

Rolnik (2013, p. 12) apontava que os protestos de 2013 expunha experiências como “um concerto dissonante, múltiplo, com elementos progressistas e de liberdade, mas também de conservadorismo e brutalidade” tal como é a composição da sociedade brasileira. São aspectos que desocultaram o inconformismo de frações da classe média tradicional inconformada diante das prioridades retributivas dos governos petistas, mas que também ressoaram em parcelas significativas do precariado, conforme definido por Braga (2013). Os diferentes repertórios de lutas abarcam decisões e atitudes individuais e coletivas sobre diferentes aspectos: de conotação ídeo-política, convocação, organização, adesão e ação. Na próxima seção exploramos o quadro teórico-conceitual contemporâneo, sistematizam-se as análises publicadas no período pesquisado com base no quadro referencial da Sociologia Política Relacional.

3 AÇÃO COLETIVA, REPERTÓRIOS ORGANIZATIVOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA SOCIOLOGIA POLÍTICA RELACIONAL

A revisão bibliográfica permitiu compreender melhor o quadro conceitual sociológico contemporâneo, particularmente da Sociologia Política Relacional, especialmente sobre novos feixes de variáveis qualitativas que ajudam a explicar as atuais formas de ação coletiva/protestos, repertórios organizativos e movimentos sociais. Sob esse escopo teórico-analítico, quando se estudam o caráter simbólico e a dimensão global do ativismo político, prevalece uma abordagem analítica *multi issue*. Nela, não se dicotomizam o local e o global, e as escalas de ação tendem a se tornar contingentes e construídas socialmente em torno de temas amplos de contestação, sendo que o Estado-nação ainda é um forte referencial, mas não é mais o antagonista prioritário (TARROW, 2009; ALONSO, 2009). Para Alonso (2009), essas características analíticas foram construídas paulatinamente no curso do acirramento de dilemas cotidianos que, praticamente, empurrou as pesquisas para

Uma convergência mínima entre os enfoques “objetivista” e “subjetivista” [estabelecida] [...] em torno da tese de que movimentos sociais não surgem pela simples presença de desigualdade, nem resultam diretamente de cálculos de interesses ou de valores. As mobilizações envolvem tanto a ação estratégica, crucial para o controle sobre bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto a formação de solidariedades e identidades coletivas (ALONSO, 2009, p. 72).

Na visão da autora, nas duas últimas décadas do século XXI, as produções teóricas contemporâneas no campo da Sociologia Política estiveram muito motivadas pela combinação da rotinização⁹ do ativismo com os desafios conjunturais que transformaram as escalas de mobilizações sociais, tornando-as globais e aumentando seu caráter violento e com bandeiras identitárias. Além disso, aponta que se tornou obsoleta a ideia que associava politicamente os “novos movimentos” às pautas pós-materiais porque a relevância no estudo da identidade e da cultura precisou ser ampliada para acompanhar o aumento das mobilizações étnicas, religiosas, comunitárias e conservadoras (ALONSO, 2009, p. 72).

⁹ **Rotinização do ativismo** resume-se no processo de burocratização dos movimentos sociais com a profissionalização dos ativistas. Gradativamente, a independência e a autonomia dos movimentos frente aos Estados se transformaram devido ao aumento dos espaços formais de participação nas democracias ocidentais. Nesse processo, muitos deles se tornaram partidos políticos, outros, empresas prestadoras de serviços estatais (ONGs) (ALONSO, 2009; BRINGEL; 2011).

Há cerca de três décadas, os estudos sociológicos têm realizado a seleção crítica de alguns elementos da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), da Teoria do Processo Político (TPP) e da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Alonso (2009) considera-as como “famílias interpretativas/explicativas dos movimentos sociais” as quais podem ser tomadas como teorias clássicas, caracteristicamente,

A TMR focalizou a dimensão micro-organizacional e estratégica da ação coletiva e praticamente limou o simbolismo na explicação. Já a TPP privilegiou o ambiente macropolítico e incorporou a cultura na análise por meio do conceito de repertório, embora não tenha lhe dado lugar de honra. A TNMS, inversamente, acentuou aspectos simbólicos e cognitivos – e mesmo emoções coletivas –, incluindo-os na própria definição de movimentos sociais. Em contrapartida, deu menor relevo ao ambiente político em que a mobilização transcorre e aos interesses e recursos materiais que ela envolve (ALONSO, 2009, p.69).

Portanto, os problemas atuais desafiam as sínteses acadêmico-conceituais e as abordagens integradas que se ocupam das experiências concretas nas lutas sociais. Na avaliação de Flacks (2005), há sempre novas perguntas que impactam as pesquisas, especialmente envolvendo o sentido estratégico implícito nos movimentos sociais, estudos que

[...] terão que ver com as condições, as circunstâncias, as estratégias e as táticas, e ainda as percepções e as motivações susceptíveis de aumentar a prontidão de uma dada comunidade ou coletividade de pessoas “sem poder” para que façam uso dos seus poderes estruturais potenciais, geralmente num contexto de escassas probabilidades de êxito (FLACKS, 2005, p.64).

É importante abordar a participação como algo racional e a atividade como algo estratégico, mas ainda precisamos aprofundar o estudo da origem da ação coletiva e dos movimentos para apreender a experiência ativista no interior dos coletivos autônomos e tradicionais em seus modos de recrutamento, nos processos de mudança que operam diante das perspectivas ideológicas, as identidades relevantes para cada tipo de movimento, e o modo como se mantém o empenho no decurso do tempo (repertórios organizativos) (FLACKS, 2005).

A coexistência crítica entre as “famílias interpretativas/explicativas dos movimentos sociais” explica melhor a ação e a formação de uma identidade coletiva como operação racional que é influenciada pela decisão de engajamento, ou seja, o momento no qual os indivíduos expressam certo “reconhecimento emocional”, estabelecendo: a) “*framework* cognitivo” acerca dos fins, meios e campo da ação; b) a ativação prática de relações entre atores (interação, comunicação, influência, negociação, tomada de decisão); c) e o investimento emocional que os leva a se reconhecerem como membros de um grupo (ALONSO, 2009, p. 66-7).

Para Mutzenberg (2012), a complexidade contemporânea da sociedade civil e da forma interventiva do Estado requer a admissão em nossas análises de alguns fatos: i) os confrontos políticos e as alianças são transversais nas relações entre sociedade civil e Estado; ii) há imprevisibilidade e indeterminação nos processos sociais que comportam coletivos heterogêneos; iii) as identidades coletivas se redefinem nos processos de articulação em arenas plurais, dinâmicas, simbólicas/culturais e materiais de disputas; iv) a democracia é campo de conflitos e um processo em aberto, ainda que a governabilidade dependa da produção de consensos. Nesse tipo de sociedade civil, a ação coletiva tende a se expressar através de variados protestos e de relações permeáveis com o Estado.

Os estudos de Silva (2014) apontam a crescente interseção entre política institucional e política contestatória, demonstrando que as relações entre movimentos sociais e Estado estão muito mais fluídas devido ao aumento da participação de ativistas nos espaços estatais, sem que haja o abandono dos repertórios de contestação extra-institucionais. A autora informa que isso nos obrigaria a repensar dois dos pressupostos básicos sobre ação coletiva, repertórios e movimentos sociais: i) o pressuposto da externalidade, que separa claramente movimentos sociais e Estado e/ou política contestatória e política institucional, como se o único espaço legítimo de ação para os movimentos sociais estivessem **sempre fora do Estado** para sobre ele exercer pressão, pois os protestos são repertórios para os excluídos e oponentes do sistema; ii) o pressuposto da confrontação, em que a forma de ação confrontacional é **exercida por excelência apenas pelos movimentos sociais** que são lidos como desafiadores e opositores por excelência do Estado das autoridades políticas.

No entanto, **nem sempre** as ações dos movimentos sociais ocasionam relações conflitivas com o Estado, principalmente quando há cooperação na decisão, regulamentação ou implementação de políticas públicas etc.. Num *approach* gramsciano, infere-se que os movimentos sociais precisam disputar o poder do Estado para ser capaz de refundá-lo sob outras bases mais participativas e dedicadas à realização da igualdade no acesso a bens materiais e culturais. De acordo com Silva (2014), na contemporaneidade precisa-se apreender os movimentos sociais como:

[...] redes em fluxo, constituídas por atores heterogêneos que utilizam distintos repertórios (a depender de suas capacidades, estratégias e condições contextuais de ação) para a obtenção de seus objetivos frente a oponentes contra os quais se mobilizam. Nesse processo, atores do Estado podem se colocar como alvos, como árbitros do conflito, como aliados e, no limite, como membros dos movimentos sociais, utilizando nestes dois últimos casos, os recursos e possibilidades de ação associados às suas posições institucionais para sustentação ou defesa das demandas, interesses ou propostas dos movimentos (SILVA, 2014, p. 154).

A noção de **redes em fluxo** permite enxergar as inúmeras e diferentes maneiras de infiltração que os movimentos sociais operam nas políticas institucionalizadas, ou seja, dos modos como ocorre a sua apropriação institucional. Isso permite avançar nas análises sobre participação e engajamento político para além da ideia simplificadora de cooptação. Significa que, quando os ativistas das redes de movimentos sociais avançam no processo de inserção institucional, o âmbito de suas ações é deslocado, isto é, mudam as características das redes que se tornam institucionalizadas e deixam de exercer as ações como um movimento social propriamente dito para atuarem no Estado. Isso descortina a combinação:

[...] em maior ou menor grau, de repertórios confrontacionais [protestos; ação direta] com outras formas de ação – muitas institucionais – que não são apenas esporádicas, mas também conformam os padrões definidores do que são esses movimentos. Atuação em instituições participativas, vinculação a partidos políticos, eleição de membros para cargos no Executivo ou Legislativo, ocupação de cargos estatais, celebração de convênios com órgãos do Estado, atuação na implementação de políticas públicas, entre outras [...] (SILVA, 2014, p.151).

São variáveis importantes que permite refinar os estudos acerca das ações coletivas quando elas ocorrem em contextos sociopolíticos que trazem alguma abertura de oportunidades para o acesso institucional ao Estado de ativistas e de movimentos sociais sem que seja excluído o acionamento, conforme a contingência, dos repertórios confrontacionais. Nessa dinâmica de lutas, os **repertórios de confronto** seriam acionados **para pressionar externamente o Estado** ou alguns de seus setores onde são maiores as dificuldades de perfuração pelas demandas/necessidades dos movimentos sociais. No repertório de confronto, portanto, a ação direta é sempre considerada, sendo que a escolha de repertórios organizativos das ações coletivas depende

[...] de um lado, dos objetivos, estratégias, recursos e capacidades que conformariam as intencionalidades e as possibilidades de atuação daqueles atores. De outro lado, depende das oportunidades ou restrições ao acesso institucional (ou seja, das formas e graus de permeabilidade do Estado) daqueles atores no que concerne aos processos decisórios e aos recursos existentes nos subsistemas ou subcampos do Estado (SILVA, 2014, p. 152-3).

Os limites entre as ações extra e interinstitucionais no Estado terminam borrados numa dialética que também altera as formas assumidas pelos movimentos sociais durante a relação de cooperação, uma vez que eles podem:

[...] manter movimentos de choques externos através de repertórios de confronto e rejeitar a absorção pelas oportunidades de ação institucional; combinar a pressão externa com a infiltração do Estado, aproveitando as oportunidades abertas pelo acesso às posições institucionais; esvaziar as ondas de confrontação extra institucional através do deslocamento da atuação dos atores dos movimentos para os espaços institucionais (SILVA, 2014, p. 153).

Trata-se, portanto, de uma noção de *continuum* onde ocorre alinhamento e influência. Nela, as dinâmicas de protesto têm uma relação contingente e complexa cujas oportunidades de acesso institucional são exploradas de maneira racional, pois os ativistas interpretam, avaliam e definem as formas de suas ações frente às possibilidades e restrições com as quais se deparam. De acordo com Silva (2014), se o Estado abarca uma gama de setores heterogêneos que atuam de maneira relativamente independente, os ativistas dos movimentos sociais podem acessar alguns desses setores enquanto estão excluídos de outros e sem que sejam necessariamente cooptados. Algo similar ocorre com as ações de cooperação e de confrontação entre os movimentos sociais e o Estado: podem ocorrer formas eficazes de atuação institucional em certos setores do Estado, ao mesmo tempo em que em outros os ativistas recorrem ao confronto extra institucional.

Por sua vez, Gadea (2014, p. 246) explora o nexo entre violência e ações coletivas que, na atualidade, tem pautado e dado visibilidade à crise de representação e de pertencimento social, cultural e político. O autor afirma que, nos protestos e nas análises, não percebemos de “forma significativa a vinculação entre violência e práticas coletivas com alto grau de organização e projeção política”, pois a violência adquire um sentido negativo nos repertórios, ou seja, é uma prática acionada nos momentos em que fracassam as negociações que buscavam solucionar pacificamente os conflitos:

A violência se ergue como prática significativa no horizonte político-cultural numa realidade na qual as interações sociais são pautadas pelas desigualdades e assimetrias sociais e pelos interesses práticos de uma ordem institucional que se ocupa em acomodar “novas situações sociais” na antiga normatividade (GADEA, 2014, p. 243).

Para o autor, as atuais configurações coletivas de protesto não orbitam mais em torno de movimentos sociais específicos e, por isso, temos dificuldades para perceber a violência como parte de um conflito preestabelecido. Nessa acepção, considera que a denominação **experiências coletivas de conflito** contribuiria melhor na apreensão das dinâmicas de mobilização e de protestos nas democracias atuais, sobretudo quando as situações empíricas não indicam um processo de gestação de movimentos sociais. Dessa forma, as experiências coletivas de conflito podem

[...] devir num conceito que se define pelo conteúdo contingente e pela forma desarticulada e espontânea com a qual parecem se evidenciar as atuais ações coletivas [...] [manifestando ainda] um caráter aparentemente desligado da “estrutura de oportunidades políticas” (GADEA, 2014, p. 246-7).

No curso das relações sociais, a violência precisa ser abordada tal como é posta em cena, reconhecendo que ela nunca se expressa de maneira estável por muito tempo, nem se fixa num limite no qual somos capazes de mensurar ou regular sua intensidade. Logo, existem diversos espaços onde os indivíduos ou coletividades podem se integrar (ou não) e suas ações coletivas (violentas ou não) também se processam como uma “eventual resposta às assimetrias de poder, na falta de laços sociais e filiações de grupo” (GADEA, 2014, pp. 258). Na atualidade, a “incapacidade ou impossibilidade de estabelecer laços e se inserir em ‘círculos sociais’” pode ser a razão para que muitos indivíduos recorram a violência como expressão política. Desse modo, a violência seria a linguagem que comunica a invisibilidade social de indivíduos e grupos ao mobilizar e articular pautas no campo da “indignação moral”, ao mesmo tempo em que é encarnada como uma experiência que torna perceptível uma relação de conflito que, aparentemente, era dada como não existente (GADEA, 2014, pp. 258-260).

Mutzenberg (2012) destaca que as reações (governamental e da sociedade) tendem cada vez mais à criminalização e à judicialização dos atos de protesto, tendência reveladora das dificuldades do sistema político representativo em compreender os ciclos contestatórios porque desconsidera ou não percebe que o “confronto político já estava em curso antes dos protestos”, usados como recurso drástico para trazer a público o descontentamento e as violações de direitos. No momento em que o Estado declara “situação de exceção” e recorre à repressão policial e a judicialização das questões políticas decorrentes do ciclo contestatório promove, inevitavelmente, a criminalização da ação coletiva popular e o ocultamento dos significados expressos legitimamente nas práticas de violência como desobediência civil (MUTZENBERG, 2012, p.11).

Para Bringel (2013), alguns princípios dessas análises multidimensionais devem ser tomados como aprendizado sobre os protestos brasileiros contemporâneos: 1º) distinguir analiticamente os movimentos iniciadores dos movimentos derivados; 2º) observar que a indignação como estado de espírito é exposta de maneira difusa e, por vezes, polarizada num contingente participante formado por jovens com senso político pouco coeso; 3º) apreender as especificidades conjunturais; 4º) não reduzir as análises ao localismo; 5º) considerar que as mobilizações sociais e os ciclos de ação coletiva são pendulares; 6º) reconhecer que a

participação existe e está “canalizada fundamentalmente através de mecanismos e espaços institucionais”, num processo de pulverização e fragmentação onde a esquerda se isolou e se dedicou a ocupar os espaços de representação política, secundarizando o trabalho de formação política de base; 7º) compreender que a reintrodução da “conflitualidade na cena política” ocorre num contexto de “conciliação nacional” cujas coalizões governamentais buscam agradar a forças e atores antagônicos em uma sociedade desigual”; 8º) considerar analiticamente as “redes submersas”, as concepções emergentes de ativismo, as vozes dos próprios militantes sobre suas experiências recentes, pois seus dados referem a um ciclo de crítica à organização “desde cima” da política brasileira, pois o conflito nas ruas e “as lutas sociais são parte do processo de politização, de geração de identidades, de recriações de práxis e horizontes utópicos”, mas que precisam ser compreendidos (BRINGEL, 2013, , p. 50-51).

Em resumo esta seção evidenciou a existência de sujeitos políticos com voz própria potencializada pela internet e que reclamam para si atos de resistência, de mudança, ou de conservação reacionária. Conforme essa revisão, persistem desafios analíticos sobre o processo de constituição e de desencadeamento da ação coletiva que, para alguns estudiosos, podem ser melhor explorados na interseção tanto da relação entre Estado/governos e os movimentos sociais, como também na interconexão dos indivíduos, grupos e coletivos no interior dos próprios movimentos sociais, tomando como variáveis na teorização sobre os protestos contemporâneos: o sistema democrático liberal ocidental, a participação e a resistência popular, e a cultura política e a violência (física, simbólica e institucional) (GADEA, 2014; SILVA, 2014; MUTZENBERG, 2012; TATAGIBA; 2010).

4 CONCLUSÃO

Sob o escopo teórico-analítico apresentado, interpretamos a **ação coletiva de confronto** como a menor unidade de análise de um processo amplo de atividades político-organizativas que podem, ou não, implicar o conflito e o enfrentamento direto entre indivíduos, grupos, coletivos (institucionalizados ou não). A ação coletiva é o produto final, a chave interpretativa mais complexa para entender o processo no qual os sujeitos se colocam na cena política em interações que envolvem demandantes e demandas. Para chegar à essência, é preciso tomar **os ciclos de protestos** como processos históricos que estimulam e dão referências aos manifestantes/ativistas contemporâneos na conjugação de antigos e novos repertórios organizativos e mobilizadores. O ciclo contestatório não se reduz aos atos de protestos, mas

tende a se prolongar no decurso do tempo e a modificar as formas de apresentação do confronto político. **O protesto é uma fase episódica**, temporária, na qual se evidencia a ação coletiva que pauta as demandas e identifica opositores, aliados e apoiadores eventuais.

Portanto, são os elementos cotidianos que permanecem na atitude individual, na organização de grupos e na formação de coletivos que transformam a ação coletiva num processo contínuo atravessado por ideais, pelo ativismo dentro ou fora das instituições tradicionais, por estratégias organizativas, por oposição ao Estado ou pelo uso consciente dos seus espaços. Nessa argumentação, passada a fase do protesto/ação coletiva de confronto na rua, a tendência é que os interesses e as demandas reprimidas sejam novamente reagrupados nos espaços de formação e de exercício do atual sistema político democrático (os movimentos sociais, os partidos, as entidades corporativas, as ONG's, os novos coletivos ainda em constituição, as associações econômicas e comerciais, etc.). Em resumo, os indivíduos tornam a se inserir em movimentos que sempre conformaram as redes da vida cotidiana na sociedade civil, ou criam outros. Em ambos os casos podem buscar rupturas, reformas ou simplesmente a defesa do status quo. Antagonismos intrínsecos à heterogeneidade das relações na sociedade civil e no Estado cuja dinâmica conjuga protestos de caráter conservador e discriminatório e protestos de outros segmentos mais progressistas que tendem a reagir ao conservadorismo. Ao longo do tempo, a tendência são reagrupamentos ídeo-políticos mais definidos em torno de: **movimentos por ruptura** (radical e/ou processual); **movimentos por mudança** (defesa de direitos e busca por reformas que os garantam e efetivem); **movimentos de conservação da tradição e da ordem** (discriminatórios, nacionalistas, criminalizadores, elitistas e religiosos).

A **autonomia participativa individual ou coletiva** resultaria dos **vínculos construídos na sociedade civil**. Tatagiba (2010) a compreende

[...] como a capacidade de determinado ator de estabelecer relações com outros atores (aliados, apoiadores e antagonistas) a partir de uma liberdade ou independência moral que lhe permita codificar as formas, as regras e os objetivos da interação, a partir dos seus interesses e valores. Por essa chave, a autonomia não pressupõe ausência de relação, mas a disposição e a capacidade de participar com o outro sem perder certa “distância crítica” que permite colocar a própria relação como objeto de reflexão (TATAGIBA, 2010, p.66).

Logo, o **perfil do indivíduo** que protesta não tem mais um único corte socioeconômico, e suas demandas são moduladas, simultaneamente, em escalas, redes e dinâmicas de negociação e de confronto, sempre de maneira cíclica, em que se misturam o início e o fim, o individual e o coletivo, o local e o global, o público e o privado, as reformas e os ideais revolucionários, a mudança em questões pontuais do cotidiano e sua transformação estrutural. Nexos e *Rev. Educ., Cult. Soc., Sinop/MT/Brasil, v. 11, n. 1, p. 70-87, jan./jun.2021*

significados a serem explorados via educação popular se ainda quisermos fomentar subjetividades críticas para que, em longo prazo e processualmente, elas possam compor movimentos sólidos por uma sociedade civil capaz de não secundarizar o respeito, a dignidade e a igualdade no gozo de uma cidadania ativa e sempre expansiva porque abarca a todos/as.

COLLECTIVE ACTION, ORGANIZATIONAL REPERTORIES AND SOCIAL MOVEMENTS IN COMTEMPORANEITY

85

ABSTRACT:

The paper aims to: systematize part of the contemporary sociological theoretical-conceptual framework on collective action/protests and social movements, standing out as ways of apprehending and signifying their organizational repertoires within the referential framework of Relational Political Sociology. Essay based on a bibliographic review that comprised part of the doctoral research under all the secondary sources published and accessed on online platforms between 2013 and 2016, data informs the understanding of the conjuncture panorama that stimulates Brazilian protests from 2013, exploring it analytically from the concepts of Relational Political Sociology. In conclusion, collective action is the most complex interpretative key for understanding how individual interactions and involve plaintiffs and demands that, in the end, are collectively organized in an intense dialectical process permeated by different political issues. The cycles of protests typical of the historical processes that stimulated and gave references to contemporary protesters / activists in the combination of old and new organizational and mobilizing repertoires. The contestation cycle tends to continue over time and a modification as a way of presenting political confrontation, which can occur inside or outside the institutionalized process of the State, this allows a better observation of the ideo-political groupings that make up: movements for; movements for change; conservation movements of tradition and order. Individual or collective participatory autonomy would result from active bonds built in civil society around ethical-political paradigms.

Keywords: Collective Action; Brazilian Protests; Organizational Repertoires; Social movements.

REFERÊNCIAS

ALONSO, A.. AS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: um balanço do debate. **REVISTA LUA NOVA** 76, 2009, pp. 49-86.

BARREIRA, I. A.. Ação direta e simbologia das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações. **Contemporânea Revista de Sociologia da UFSCar** v.4, n.1. São Carlos/SP: UFSCar, jan/jun de 2014, pp.145-164.

BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. **MARICATO, E. et al** (Org.) *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, pp. 79-82.

BRINGEL, B.. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. **Revista Política & Sociedade** 18, v.10, 2011, pp. 51-73.

_____. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. **Insight Inteligencia**, 2013, pp. 42-53.

CARNEIRO, H. S. . Rebeliões e ocupações de 2011. **HARVEY, D. et al.** Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012, pp. 07-14 (Introdução).

CASTELLS, M.. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Trad. C. A. Medeiros.

CONSULTA POPULAR. Nas Ruas pelo Avanço do Projeto Popular, 2013. Disponível em << <http://www.consultapopular.org.br> >> Acesso em 15/12/2014.

FLACS, D.. A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais** 72 - Ação Coletiva, Protesto e Cidadania, 2005, pp. 45-66. Disponível em <<<http://rccs.revues.org>>> Acesso em 08/12/2014.

GADEA, C. A. Dos movimentos sociais às experiências coletivas de conflito: acerca das mobilizações e a linguagem da violência. **SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H.** (Org.). Movimentos Sociais e Engajamento Político: trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: EDUFSC. 2014, pp. 235-262.

GIANI, L.. Tripé da economia e políticas sociais, na conjuntura das “jornadas de junho” (2013-2014). **Revista Espaço Acadêmico** 163, 2014, pp.121-140. Disponível em << <https://espacoacademico.wordpress.com/> >> Acesso em 11/01/2016.

GOHN, M. D.. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** Petrópolis: Vozes, 2013.

LIMA, T. C. S. de. Protestos brasileiros no ciclo 2013-2015: uma análise gramsciana das ações coletivas populares. **Tese de Doutorado em Serviço Social.** Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC: UFSC, 2017.

MALINI, F.; ANTOUN, H.. **@internet e #RUA: ciberativismo e mobilização nas redes sociais.** Porto Alegre: Sulina, 2013.

MEDEIROS, J. Breve História das Jornadas de Junho: uma análise sobre os novos movimentos sociais e a nova classe trabalhadora no Brasil. **Revista História e Perspectivas** 51, 2014, pp. 87-117.

MUTZENBERG, R.. Movimentos Sociais no Brasil: sentidos, desafios e perspectivas contemporâneas. III Conferência Internacional do IESE - Moçambique: Acumulação e Transformação em Contexto de Crise Internacional. Maputo: IESE, 2012, pp. 01-19. Disponível em << www.iese.ac.mz >> Acesso em 01/04/2015.

NOBRE, M. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma.** São Paulo: Companhia Letras, 2013.

NOGUEIRA, M. A. **As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo.** Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Astorjildo Pereira (FAP)/Contraponto, 2013.

OLIVEIRA, L. D.. Um novo despertar da luta política (ou sobre os desafios da “democracia brasileira”). **Revista Continentes** nº3, ano 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013, pp.133-144.

ORTELLADO, P.. Os protestos de junho entre o processo e o resultado.

JUNDENSAIDER, E. et al. Vinte centavos: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013, pp. 226-238.

ORTIZ, I. et al. World Protests 2006-2013. **Initiative for Policy Dialogue and Friedrich-Ebert Stiftung** - New York Working Paper. New York: Columbia University, sept/2013. Disponível em << www.policydialogue.org >> Acesso em 02/04/2014.

POMAR, M.. Não foi um raio em céu azul. **JUNDENSAIDER, E.** et al. Vinte centavos: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013, pp. 08-21.

ROLNIK, R.. Apresentação as vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações.

MARICATO, E. et al (Org.) Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, pp. 7-12.

SAKAMATO, L.. Em São Paulo, o facebook e o twitter foram as ruas. **MARICATO, E. et al** (Org.) Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, pp. 95-99.

SILVA, R. B.. Mídias sociais e política: as jornadas de junho no facebook do PT. **Revista Comunicação & Informação** 02, v. 16. Goiania: UFG, 2013, pp. 53-71. Disponível em << <https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/ci/article/view/27465> >> Acesso em 09/11/2014.

SINGER, A. Classes e ideologias cruzadas - Dossiê: Mobilizações, protestos e revoluções. **Revista Novos Estudos** 97, 2013, pp. 22-40.

TARROW, S.. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político.**

Petrópolis: Vozes, 2009. Trad. A. M. Sallum.

TATAGIBA, L.. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas: o caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo – Primeiras reflexões. **Revista Colombia Internacional** 71, 2010, pp. 63-83.

Recebido em 05 de agosto de 2020. Aprovado em 20 de janeiro de 2021.

A **Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011.